

Principais críticas ao Relatório 2020 da Cassi

**Cassi é para cuidar da saúde,
não para acumular dinheiro do associado.**

A diretoria da Cassi apresentou o Balanço 2020 aos associados, vangloriando-se do superávit acumulado, como se fosse fruto de eficiência e inovações da gestão. Por vezes parece que apresentam o balanço de um banco, não de um plano de assistência à saúde.

Os números mostram outra fotografia. O superávit do Plano Associados é devido, essencialmente, ao aporte extra de R\$ 1 bilhão de recursos pelo patrocinador (Banco do Brasil) ao final de 2019, e ao novo modelo de custeio, negociado pelas entidades representativas e aprovado por 2/3 dos associados. Aumentaram as contribuições mensais dos associados e foi instituída a cobrança por dependente, com a contrapartida de contribuições do banco relativas aos dependentes de funcionários da ativa.

O resultado positivo de 2020 se deve, também, à queda vertiginosa da utilização dos serviços da Cassi durante o ano, em decorrência da pandemia. Milhares de associados ficaram receosos de se contaminar ao acessar hospitais, clínicas, consultórios e, por isso, deixaram de marcar ou adiaram exames, consultas e até mesmo internações eletivas.

O Relatório 2020 mostra que, em relação a 2019, houve uma redução de 39% nas internações hospitalares, 21% nos procedimentos cirúrgicos, 14,5% nos exames ambulatoriais e 32% nas consultas presenciais. Efeitos do pânico provocado pela Covid-19. No Plano Associados, as receitas aumentaram de R\$ 2,99 bilhões para R\$ 3,26 bilhões de 2019 para 2020, enquanto as despesas se mantiveram estáveis em R\$ 2,37 bilhões, apesar da inflação médica ter crescido no ano.

Em 2020, o Plano Associados arrecadou R\$ 167 milhões em coparticipação dos associados e R\$ 691 milhões pelas contribuições por dependentes (R\$ 268 milhões de contribuições pessoais e R\$ 422 milhões de contribuições patronais).

Evidente que a eficiência se deve à redução na utilização pelos associados e seus dependentes, o que pode agravar o quadro de enfermidades de parte da população e resultar em aumento das despesas no futuro.

Banco assumiu o domínio da Cassi e faz gestão financista

Nas duas últimas eleições os associados escolheram diretores e conselheiros que se mostram submissos aos interesses do Banco do Brasil. A ponto de alguns associados não conseguirem identificar quem representa o BB e quem representa os associados.

Ao dominar a totalidade da gestão da Cassi, o banco faz uma gestão financista. Corta fornecimento de medicamentos de uso contínuo para doentes crônicos, aumenta a coparticipação sem consulta aos associados e, agora, pretende implantar a telemedicina como solução definitiva de atenção à saúde. Tentaram até criar um novo plano com direitos reduzidos para os futuros funcionários, colocando em risco a sobrevivência do Plano Associados devido ao envelhecimento gradativo da população. Só não conseguiram porque foram derrotados em votação pelos associados, em 2019.

A gestão financista tem como objetivo reduzir os encargos do banco e onerar os associados com contribuições crescentes.

Associados querem redução da coparticipação e mais medicamentos

Como a situação financeira da Cassi está equilibrada, a Contraf-CUT e as demais entidades representativas reivindicam a redução dos percentuais de coparticipação anteriores a 2019, revogando a decisão unilateral tomada pela diretoria da Cassi. Não faz sentido continuar penalizando aqueles que mais precisam dos serviços médicos.

A Contraf-CUT defende a ampliação do fornecimento de medicamentos de uso contínuo, alguns deles de alto custo, para garantir a tratamento adequado para todos.

Estas duas medidas serviriam para a diretoria da Cassi demonstrar preocupação efetiva com os associados, e não só com os números do balanço.

Telemedicina é paliativo e compromete atenção integral à saúde

A Cassi implantou a telemedicina como alternativa de atendimento durante a pandemia. Vale como solução paliativa, inclusive para quem não tinha acesso à rede credenciada. Mas não pode ser adotada como solução definitiva, pois entra em choque com a Estratégia Saúde da Família (ESF), modelo adotado pelos melhores e mais modernos sistemas de saúde do mundo, como Inglaterra, Canadá, França, Cuba e outros países.

A ESF, que a Contraf-CUT e a maioria dos sindicatos e federações da categoria bancária do país defendem, também foi indicada por consultorias especializadas contratadas pela Cassi, como a *Accenture* que atestou a ESF como a melhor estratégia de redução de custos.

Neste programa, o paciente é acompanhado de maneira permanente por equipes disponíveis nas CliniCassi ou médicos referenciados e encaminhado a especialistas em caso de necessidade. As despesas caem e a atenção à saúde melhora.

A telemedicina adotada pela Cassi é terceirizada e pode, ao longo do tempo, aumentar as despesas, pois a cada consulta o associado será examinado por um médico diferente, que pode dar encaminhamentos diferentes, comprometendo a continuidade do atendimento. Exatamente o contrário do que prevê o modelo adotado pela Cassi até agora.

E muitos dos associados não estão cadastrados no ESF, a última grande inclusão foi em 2016, com a campanha de esclarecimento promovida pelo diretor William Mendes. De lá para cá, as atuais gestões estão preocupadas em diminuir custos financeiros, em uma matemática que restringe o papel da assistência à saúde e que está distante das atuais práticas de várias operadoras de saúde privadas.

A diretoria da Cassi defende a telemedicina de olho na redução de custos, sem demonstrar preocupação com a solução dos problemas de saúde dos associados. Visão de bancário, não de especialista em saúde.

Vale ressaltar que planos de saúde privado tem utilizado a Telemedicina como acessória a uma política de prevenção de saúde como defendido no ESF. Basta vermos a Prevent Senior, Intermedica e outros tantos. Pela telemedicina o cliente já cadastrado é atendido por quadro próprio que tem acesso ao seu histórico depois encaminhado para um atendimento em rede própria, diminuindo tempo de internação, despesas e uma atenção à saúde dele.

Não somos contrários à telemedicina, mas ela deve ser parte integrante ao ESF. Por isso, defendemos a ampliação dos cadastrados e principalmente uma campanha de conscientização da importância do cuidado da saúde e da prevenção e não tratamentos paliativos que custam e oneram muito a Cassi.